

A teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra

Denise Junca¹

Resumo

O texto discute algumas questões referentes ao cotidiano profissional do Serviço Social, entrelaçando dimensões do saber e do fazer. Sua proposta é desenvolver reflexões sobre a prática dos assistentes sociais, considerando, tanto seus limites e possibilidades, quanto o diálogo, permanente, que deve haver entre a teoria e a prática. O que se destaca, sobretudo, é a importância da incorporação da pesquisa nos diferentes contextos de atuação, extrapolando os limites da academia e alcançando de forma crítica e competente os múltiplos cenários por onde os assistentes sociais transitam.

Palavras-chave

Prática profissional; Pesquisa; Serviço Social

The theory is one thing, but the practice can not be another

Abstract

The text discusses some issues concerning the everyday work of the Social Work, uniting dimensions of know and do. His proposal is to develop ideas on the practice of social assistants, considering both its limits and possibilities, as the dialogue, permanent, that there should be between theory and practice. What stands out, above all, is the importance of incorporating the research in different contexts of action, extrapolating the limits of the academy and reaching critical and responsibly the multiple scenarios where the social assistants carried over.

Keywords

Professional practice; Research; Social Work

Encantos e desencantos: palavras iniciais

Ao longo dos anos, encantos e desencantos atravessam o cotidiano profissional do Serviço Social. Encantos que, provavelmente, têm sido construídos articulados a fatores como a mística do servir; a riqueza das vivências que se desenham na realidade da pobreza; a sedução por compartilhar um papel na tentativa de edificação de um outro mundo; a cumplicidade que, de alguma forma, se estabelece com a população atendida; as estratégias que se consegue elaborar, buscando respostas a tantas e tão diferenciadas perguntas apresentadas... Mas, estes encantos têm esbarrado em muitos fatores condicionantes: se houvesse mais assistentes sociais para dividir as atribuições; se a instituição contasse com mais recursos; se a profissão fosse mais conhecida e valorizada; se a pobreza não fosse tão pobre; se a urgência da ação, no aqui e agora, não fosse tão acentuada; se não existissem tantas contradições entre os chamados contratantes e usuários dos serviços profissionais...

Tantos fatores contribuem para o nascimento de muitos desencantos que se expressam em alguns distanciamentos que, passam a ocorrer entre o que se fala e o que se faz, entre o que se deseja e o que se consegue efetuar, entre as propostas elaboradas, sua efetiva operacionalização e os resultados alcançados. O que, por vezes, acaba por prevalecer é apenas a intenção em torno de uma ação mais significativa. Como conseqüência, falar em resultado é algo vago, que pode ficar limitado ao espaço dos objetivos traçados no papel, abrindo um espaço fértil para ansiedades, tensões e auto-cobranças entre os assistentes sociais.

Múltiplos e contraditórios são os determinantes que produzem este processo de encanto-desencanto e, sem dúvida, sua análise não pode estar restrita apenas ao campo do Serviço Social. Trata-se de um processo que atinge em maior ou menor grau, inúmeras profissões que não podem ser pensadas de forma descolada do contexto social, econômico, político e cultural por onde se movimentam. Isto significa dizer que tal realidade encontra respaldo em questões estruturais e conjunturais, em uma sociedade que tem uma história para contar, uma história que continua a ser escrita e que, permanentemente, apresenta novas demandas, novas exigências, limites e possibilidades, onde o velho e o novo convivem de forma dialética.

Sem descartar tais dimensões, o que nos interessa é transitar no campo das reflexões sobre alguns desdobramentos destes encantos e desencantos, retomando a questão do saber e do fazer, já que, uma fala que é comum no interior da categoria dos assistentes sociais é a seguinte: a teoria é uma coisa e a prática é outra. Em nível de discurso e de prática, o saber e o fazer perdem as perspectiva de unidade, tornan-

do-se pólos independentes, que pouco ou nada dialogam, instalando-se, ainda, uma suposta divisão entre os profissionais: uns são produtores, outros consumidores de conhecimentos, uns pensam e outros agem.

A tais aspectos são acrescidos também alguns riscos. Os chamados intelectuais são acusados de construir um pensar descolado da prática, dentro da lógica de que é fácil elaborar propostas no ambiente acadêmico, sem estar vivendo o dia a dia institucional. Já os ditos profissionais de intervenção, através da experiência cotidiana acumulada, podem sucumbir às armadilhas da realidade empírica, à ilusão do conhecer pela via do imediato, banalizando o exercício da investigação, em função, sobretudo, da cobrança da prontidão para a ação (MARTINELLI, 1989), mesmo que esta ação se configure como frágil, incompleta, repetitiva.

Com isso não estamos dizendo que a teoria expressa o encanto a ser desencantado pela prática. Muito menos defendemos deslumbramentos e idealismos que não se sustentam. Da mesma forma, reconhecemos que este não é um tema novo. Muito já se discutiu e se discute sobre ele, mas, sua relevância permanece.

O que queremos é reafirmar o encanto possível com a unidade teoria-prática, onde a teoria seja uma coisa, mas a prática não tenha, necessariamente, que se tornar outra. Falamos aqui de um encanto saudável, sinônimo de competência, de envolvimento e compromisso com o saber e com os sujeitos que compõem a realidade deste saber, sendo capaz de mover o pensar e o agir, exorcizando os feitiços da chamada prática, encarando os mitos que circundam o campo da pesquisa e assumindo, com clareza, o fato de que, se o Serviço Social se constitui como profissão voltada, essencialmente, para a intervenção, isto não significa que os movimentos do conhecer e intervir não possam estar, continuamente, em sintonia, criando e recriando formas de diálogo. Como destaca Setúbal (1995), por mais incipientes que se apresentem, as ações interventivas,

necessitam do mínimo de informações teóricas, ou seja, de conhecimentos produzidos a partir de pesquisa. Esta por sua vez se enriquece ao dialogar com as experiências sociais, ao mesmo tempo que nutre teoricamente essas experiências. Por isso, percebemos a pesquisa como uma questão central para o debate contemporâneo do Serviço Social, pois embora este se tenha legitimado pela intervenção característica de sua forma de aparecer, de participar no mercado de trabalho, é pela via da pesquisa que o seu avanço se tem verificado, muito embora isso não se constitua prática freqüente nessa área. (SETÚBAL, 1995, p.14).

O fazer cotidiano e o exercício da crítica

Como atuar hoje, sem um agir-refletir crítico, sem uma sólida fundamentação teórica, sem encarar a prática em sua contextualidade e temporalidade histórica? Esta é uma questão que queremos discutir e que nos coloca diante de um primeiro ponto a considerar: o que é o Serviço Social?

Trata-se de uma pergunta sempre presente no cotidiano dos assistentes sociais, em sua trajetória histórica. Pergunta formulada por terceiros, mas também, não raras vezes, construída no interior da própria categoria profissional. Junto com ela surgem discursos que, ora divagam por imprecisões e incertezas, ora defendem especificidades, embora ressaltando os diferentes movimentos e transformações pelos quais vem passando a profissão, construindo-se e reconstruindo-se, a cada momento, desenhando uma identidade em sintonia com a realidade por onde transita. Por vezes, também identificamos definições que logo recorrem à Yamamoto (2003, p.22) e enfatizam que o Serviço Social é “uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”. Mas, o que isso significa?

As respostas que, prontamente, se ouve, parecem querer escapar de uma discussão mais aprofundada e, logo, identificam o que faz um assistente social. Sem entrarmos no mérito desta questão, ou seja, deixando um pouco de lado as implicações de se identificar uma profissão apenas pensando no campo do que fazem seus profissionais, cabe considerar que, é este fazer que, em geral, é posto em destaque. Assim, é válido interrogarmos: o que andam fazendo os assistentes sociais?

Milagres e mágicas – é uma afirmação comum de se ouvir. Inserida, prioritariamente, em espaços institucionais e na execução de políticas sociais, a profissão vem se deparando, cada vez mais, com demandas complexas e contraditórias, fruto do modelo de desenvolvimento adotado no país, onde, no âmbito de parcelas majoritárias da população, o que se acumula é, tão somente pobreza e miséria, é um “não ter e não ser” (DEMO, 1988).

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira tem vivenciado, de forma acentuada, múltiplos dilemas pertencentes ao campo da democracia, da justiça social, dos direitos de cidadania, e as respostas que formula continuam sendo residuais, simbólicas, padronizadas, burocráticas e, ainda, de cunho, essencialmente, assistencialistas.

São dilemas que nos fazem extrapolar a compreensão da famosa questão social posta em destaque na história do Serviço Social. Certamente, hoje estamos diante de diversificadas expressões de tal questão, retratadas pela pobreza ampliada, pelas transformações em curso no mundo do trabalho, pelo descrédito

da população com as antigas promessas desenvolvimentistas, em torno de um vir-a-ser e, por que não dizer, pelo processo de apartação social que se naturaliza no país e por uma lógica de proteção social que nem sempre protege. Diante disso, como fica o Serviço Social? Que repercussões e que exigências esta realidade aponta para seu exercício profissional?

Não é novidade afirmar que, no seu fazer cotidiano, o assistente social é um dos profissionais que mais é colocado em contato direto com esta realidade. É ele que, em geral, pode ter um acesso, sem intermediários, a este mundo onde demandas se avolumam e se diversificam, em quantidade e qualidade. É para ele que, por vezes, são encaminhados aqueles casos que ninguém sabe como resolver. É dele que muitas respostas são cobradas.

Neste ponto surgem novas questões: o que priorizar? Que objetivos traçar? Como lidar com tantas demandas e com a falta de recursos institucionais? Que proposta seriam significativas para situações que encontram origem, essencialmente, em nível da estrutura social, econômica e política do país? Como lidar com a invasão político-partidária no campo da assistência? Como agir com a tão falada competência teórica, técnica e política? O que fazer?

Saindo do campo das indagações para o das ações, vamos então encontrar muitos profissionais inquietos e insatisfeitos, tanto em função de suas rotinas de trabalho, quanto em termos de resultados alcançados. Nestas rotinas envolvem-se em preenchimentos de fichas, realizam triagens (com critérios de elegibilidade criados muito mais em função do que a Instituição tem a oferecer, do que, propriamente, da demanda trazida pelo usuário), promovem reuniões grupais e comunitárias, fazem plantões, visitas domiciliares, traçam projetos com base em estudos e avaliações realizadas, participam de reuniões de equipes intra e inter-profissionais...

Parece não haver limites em termos de iniciativas no campo da ação e a criatividade é posta em cena para se vencer obstáculos, para se contornar impedimentos, para sempre provocar revisões nas possibilidades em torno do quê fazer. É claro que não se pode generalizar tais considerações. Há profissionais que se deixam dominar pelo trefismo, pelo desgaste do dia-a-dia, e por que não dizer, pelas deficiências de seu processo de formação profissional, que parece ter alcançado um ponto final, com o término do curso de graduação.

Entretanto, quando se acompanha mais de perto este cotidiano profissional, é possível verificar que o que prevalece é a busca e a palavra de ordem parece ser tentar sempre, não havendo como deixar de valorizar esta movimentação, provavelmente, impulsionada para o que ainda não se tinha pensado ou feito. Entretanto,

cabe questionar: que caminhos este fazer tem percorrido? Em que ele se sustenta? Por onde anda o exercício da crítica? Com tantos fazeres tem sobrado espaço para a construção de um pensar mais elaborado sobre a prática?

Se para a população atendida o hoje é o tempo que parece mais importar, em função das exigências da própria sobrevivência, também para os assistentes sociais este hoje, provavelmente, fala mais alto, guardando uma dimensão enorme. É o imediato que ali está, esperando uma solução. E, esta solução, a princípio, é uma cesta básica; um atendimento médico; uma casa para morar; uma creche para deixar os filhos, enquanto se procura um emprego; um emprego que se esconde e só aparece para alguns; um asilo para abrigar e que, ao abrigar, afasta da família; uma retirada da rua, local onde se vive, mas não serve para viver...

Não há como negar que, muitas vezes, estas questões exigem providências imediatas, logo justificadas em termos de: como partir para um outro fazer, se a pessoa está com fome, se o que a incomoda é a face da miséria que se expressa no aqui e agora? Sem dúvida esta realidade pesa, mas o problema é a imersão neste imediato, é o que se vê e deixa de ser visto nele, é o como se transita nele, limitando as ações às consequências, deixando amortecidas suas múltiplas e complicadas causas, causas estas encaradas como algo abstrato e distante. Mais que isto, o grande limite, talvez, se encontre no ato de deixar-se levar pela reprodução e repetição, enquanto, contraditoriamente, se adota o discurso da cidadania, da transformação, da emancipação, ignorando-se os caminhos a serem percorridos e as mediações a serem construídas.

Nosso fazer parece estar, ainda, muito atrelado ao campo da atividade, atividade de esta qualificada pela presteza, pelo imediatismo, pela disponibilidade, ganhando, por vezes, cara de uma militância que entra em combate já fragilizada. Isto porque, diante de uma demanda verbalizada, esquecemos de decifrar sua rede de relações reais; diante de um quadro de particularidade, reagimos com análises genéricas e, às vezes, superficiais; diante de um mundo de complexidades e contradições, nos bastamos no conhecimento sensível. Defendemos a necessidade de aperfeiçoamento de nossa capacidade operativa e a importância de conhecer a realidade para intervir, mas, talvez, nosso olhar ainda esteja na superficialidade dos fatos, como afirma Setúbal (1995, p. 15) e estejamos nos esquecendo de que o “aparente é apenas uma nuance do real e que esse real para ser compreendido requer que se mergulhe nele de forma incessante e profunda”.

Se nossa disposição para a ação não pode ser questionada, se a criatividade é nossa companheira constante, se indagações não nos faltam, não podemos ampliar nos-

sas possibilidades no campo do fazer, através de uma reconstrução de nossa relação com este real? Se temos que dar conta de uma série de questões no cotidiano profissional, não teríamos que estar, também, dando conta de forma mais construtiva da decodificação destas questões, construindo novas estratégias em torno deste fazer? Estas questões já estão presentes nos debates travados pela categoria, ao longo de sua história e, principalmente, nas últimas décadas. Mas precisamos avançar mais, investindo em um fazer que assuma, radicalmente, o diálogo com o saber.

Saber-fazer: a pesquisa no cotidiano profissional

Quando nos interrogamos sobre os passos que temos dados em nosso exercício profissional, ou mesmo, sobre as respostas que temos construído, não podemos nos esquecer que estas, “ao mesmo tempo em que são produtos das determinações históricas presentes em cada conjuntura, expressam também a capacidade que a categoria apresenta de captar as demandas sociais e transformá-las em efetivas respostas profissionais” (SILVA, 1993, p. 83). E, esta captação de demandas passa, necessariamente, pelos caminhos da pesquisa, lembrando como Yamamoto (2003, p. 21) que um desafio posto ao Serviço Social é decifrar a realidade, apreendendo seus movimentos, o que não surge de uma suposta cartola mágica: “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las, transformando-as em projetos e frentes de trabalho”.

Neste ponto cabe destacar dois aspectos. De um lado, é comum ouvirmos os Assistentes Sociais dizerem que fizeram levantamentos sócio-econômicos ou que realizaram sondagens junto a seus usuários, objetivando elaborar projetos sintonizados com suas necessidades. Evitam, muitas vezes, o uso da palavra pesquisa, provavelmente, em função do mito criado de que ela é algo para uma elite intelectual e só pode ser desenvolvida no espaço acadêmico. No extremo oposto, verifica-se o uso indiscriminado do termo, para se referir a algum instrumento de coleta de dados aplicados à população, limitando-se a concepção de pesquisa à uma das fases do processo de construção de conhecimento. É a banalização da pesquisa.

É claro que isto não é regra geral, mas recorremos a tal exemplificação, no sentido de enfatizarmos o fato de que, se a pesquisa é algo que pode e deve fazer parte do cotidiano profissional do Serviço Social, é preciso encarar alguns equívocos que a cercam. É importante lembrar, por exemplo, que a relação com o empírico é fundamental, mas não suficiente e que a investigação passa por sua ultrapassagem,

instigando o movimento do pensar, desenhando problematizações, desenvolvendo-se constantes indagações, devidamente, alicerçadas em horizontes teóricos, pois, como salienta Demo (1991, p. 21), “todo dado empírico não fala por si, mas pela ‘boca’ de uma teoria. Se fosse evidente em si, produziria a mesma análise sempre.” E ainda: “a teoria faz parte inevitável de qualquer projeto de captação da realidade, a começar pelo desafio de definir o que seja ‘real’”.

Assumir, de fato, a perspectiva da prática profissional como também produtora de saberes, pode ser uma tarefa complexa. Complexa, mas possível e necessária e, neste sentido destacamos, uma pergunta: o que sabemos sobre a população que atendemos?

A princípio, o que sabemos nos remete a um quadro de vulnerabilidades, à pouca informação de que dispõe, à dependência como se relaciona com o canal institucional, configurando demandas diversificadas, embora, em geral, ela procure o Serviço Social com algumas solicitações específicas e com uma expectativa de pronta solução. O que busca é uma resposta direta e não o fato de ter que participar, por exemplo, de algumas ações chamadas de educativas e promocionais, vinculadas à programas de concessão de auxílios e benefícios, ou mesmo, daquelas que constituem as famosas condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda em vigor no país.

Às vezes, esta população nos procura impregnada pelo discurso do direito, mesclando um aparente despertar em torno da cidadania, com a repetição automática de algumas falas que ouve e passa a reproduzir. Mas também, pode se apresentar pedindo uma “ajuda”, e como quem pede tem que demonstrar que precisa e “merece receber”, se especializa em formas para sensibilizar quem a escuta, de modo a preencher os critérios existentes e ser incluída no rol dos atendidos.

Talvez estes dados não tracem um perfil, mas apenas uma caricatura de nossos usuários. Talvez, também, estejamos destacando apenas uma parcela (embora majoritária) de uma clientela que, vivenciando situações de pobreza, em maior ou menor grau, busca saídas individualizadas, busca medidas assistenciais que lhes permitam administrar seu cotidiano, embora, em contrapartida, tais medidas a reduzam à condição de objeto de benesses e favores.

Perfil ou caricatura, o que nos interessa é que tais dados nos levam a pensar: o que realmente sabemos sobre a população usuária de nossos serviços profissionais? É certo que preenchemos fichas e cadastros, que realizamos entrevistas, que vivemos a vantagem da relação cara a cara. Mas que visibilidade construímos em torno de seu cotidiano? Recorremos à noção de pobreza, vulnerabilidade ou risco social para qualificar a clientela, mas de qual pobreza, vulnerabilidade ou risco social es-

tamos falando? O que fundamenta nossa escuta e nosso olhar? Pensamos apenas em generalidades ou estamos focalizando particularidades que se movimentam em uma totalidade? Consideramos um somatório de indicadores quantitativos ou estamos também admitindo dimensões subjetivas?

Como nosso fazer tem pressa, talvez estejamos construindo uma relação também apressada e equivocada com o saber, ignorando que o contato inicial com o que aparece, dever ser caracterizado, sobretudo, pela desconfiança, pela interrogação, valorizando-se o necessário percurso teórico. Percurso sinônimo de construção intelectual criteriosa, já que as teorias devem ser vistas enquanto construções históricas e sociais, que “possuem fertilidades interpretativa e limites [...] iluminam determinadas áreas da realidade e não contemplam outras” (NETO, 1993, p. 26).

Além disso, cabe considerar como João Bosco Pinto (1993, p. 39) que “a pesquisa não pode se referir só aos aspectos objetivos da realidade social”. Ela precisa incorporar também a subjetividade, levando em conta “as representações dos sujeitos que vivem e sofrem essa realidade humana”, já que eles não são apenas aspectos racionais. São também “sujeitos de emoções, sentimentos, valorações, intuições e paixões e a forma como tudo isso é pensado, imaginado, simbolizado.”

Destaca-se aqui, a abordagem de Martinelli (2005, p. 10) onde,

pesquisar na perspectiva qualitativa, e sempre em articulação com a pesquisa quantitativa, é contemplar de modo pacientemente impaciente o que se pretende pesquisar. É o exercício do olhar rigoroso, crítico, atento, é a busca do desvendamento crítico da realidade em análise, com vistas a uma intervenção mais qualificada.

Isto significa dizer que é preciso conhecer a população usuária no que apresenta em termos de unidade e diversidade, considerando quem é, como vive, que experiências tem trilhado e que representações tem construído sobre elas, que projetos tem ou gostaria de ter... Mas não é só isso. Trata-se de um saber que, também, diz respeito à análise das demandas, em suas dimensões distributivas e organizativas, além de seus desdobramentos no que se refere aos espaços de administração de serviços e benefícios, como também de mobilizações coletivas. Devemos nos indagar, também, sobre o que sabemos sobre o próprio Estado Brasileiro, suas Políticas Sociais, as relações entre estas políticas e o Serviço Social, as discussões travadas sobre os direitos sociais e, ainda, o próprio instrumental que a profissão dispõe para transitar nestes campos.

Este conhecimento (ou a sua falta) nos leva a pensar sobre a relação profissional-usuários. Às vezes, muito se sabe sobre e não com a população, configurando-se uma dinâmica onde um é sujeito e o outro objeto, onde o saber profissional não é visto como diferente, mas como superior. Como consequência, estabelece-se como função do profissional, um repasse de informações e esclarecimentos. O que se coloca em destaque são os conteúdos, deixando de lado as formas, configurando uma experiência que funciona, muito mais, como receita do que como elemento de reflexão.

A questão é tanto analisar o que e o como se sabe, quanto o que se faz com este saber, como se concebe a relação saber-fazer-saber. Se o meu saber é superficial, generalista e rotulador e, ainda, não consegue ser diferente do apresentado pelos usuários, o meu fazer ganha cara de ação frágil, fragmentada, inconsistente. Ao contrário, se construímos caminhos para a apropriação intelectual da realidade que nos cerca, se procuramos pensar o real ultrapassando as aparências, poderemos, também criar análises em sintonia com as demandas que se apresentam, articulando os enfrentamentos necessários e cabíveis. Estaremos, assim, caminhando para a chamada competência traduzida por Silva (1993, p. 51) como “traquejo para saber fazer as coisas”, fruto da sintonia entre o pensamento ético, crítico e estratégico. Isto porque, a questão não é só avançar no saber, na construção de fabulosas leituras de realidade. Cabe, também, desenvolver proposta de intervenção que dialoguem, permanentemente, com este saber, buscando-se interferir na rota das questões que nos são colocadas e que, agora, já poderão admitir novas configurações.

A nosso ver, só ultrapassando a aparência, só transitando de forma mais profunda naquilo que, a princípio, pensamos até já saber, poderemos superar a tensa ambigüidade entre o saber e o fazer, qualificando a clientela diante de si mesma e construindo novas intenções e novos resultados em nossa prática.

Voltamos, assim, a uma questão, inicialmente, abordada: diante de tantos fazeres exigidos pela prática cotidiana, sobra espaço para tal postura? Acreditamos que sim. Não vemos outras alternativas para se vencer os impasses com os quais nos deparamos no exercício profissional. Nesta perspectiva, Pinto (1993, p. 43) apresenta uma importante contribuição. Para ele, se pretendemos que a prática produza conhecimentos, devemos reconhecer que ela deve incorporar dois componentes fundamentais. O primeiro é “o hábito do registro sistemático do fazer cotidiano”.

Já o segundo, é

o esforço também sistemático e, na medida do possível coletivo, da teorização, que consiste, por um lado, em tentar ver até onde a realidade vivenciada e refletida pode ser compreendida por uma postura teórica, introduzindo assim o exercício consciente da crítica à teoria; e, por outro, tentar generalizar a partir da especificidade ou particularidade do cotidiano (PINTO, 1993, p. 43).

Tais caminhos nos parecem bastante viáveis. Já lidamos com diversas formas de registros no exercício da profissão. São cadastros, fichas, estatísticas, relatórios que podem constituir, essencialmente, vias burocráticas ou se transformarem em instrumento de investigação. Podemos criar novas relações com tais registros, através de releituras ou, ainda, elaborando outras formas de sistematização, procurando compatibilizar ambas, com os recortes de investigação que queremos priorizar em determinados momentos. Podemos, ainda, avançar em nossas análises e socializar nossas discussões, aprofundando e ampliando o campo de visibilidade, a partir do resgate real de quadros de referência teórica. Para tanto, talvez, um primeiro passo seja a humildade para compartilhar dúvidas, dificuldades, indagações e, por que não dizer, limitações. Mas, acima de tudo se exige empenho, seriedade, compromisso, reconhecendo-se que o conhecimento é fruto da mediação de sujeitos históricos e se processa através de buscas e aproximações sucessivas, comportando continuidades, mas também rupturas, revisões e mudanças de rota, codificações e decodificações, o que está posto e o vir-a-ser.

Além disso, cabe lembrar que o conhecimento é, também, fenômeno político. Assim, se o que nos interessa não é reproduzir, mas sim, instrumentalizar um processo de emancipação, devemos investir na informação competente como trilha a ser seguida. Se nossa prática é feita de rotinas, estas não podem ser usadas como desculpas para um fazer repetitivo. Rotinas não significam, necessariamente, que todo dia tem que ser tudo sempre igual. Isso só acontece quando elas impedem nosso pensar, travam a nossa capacidade de reflexão e construção e não nos permitem ver mais do que aquilo que só é uma manifestação empírica.

Palavras finais

Compartilhamos com Lefévre (1991, p. 42) a afirmação de que, na vida cotidiana, o desafio é “revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza [...] descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário”.

Com isso queremos salientar que não nos cabe transitar, apenas, no campo da competência autorizada e consentida. É preciso investir na competência crítica e questionadora, na competência teórica e propositiva, na competência ética e política. É preciso cotidianizar a pesquisa, assumir a postura investigativa que liberta da concepção de que prática é, simplesmente, ação.

Muitos são os desafios apresentados ao Serviço Social e precisamos melhor desocultá-los para construir novos enfrentamentos, num exercício contínuo de reflexão e ação. Se reconhecemos que a realidade instituída não é a única viável e não esgota todas as possibilidades, podemos entender que ela é capaz de se constituir como um canal para a promoção de novos encontros entre o saber e o fazer.

Só assim será possível conferir um outro sentido e um outro patamar a nosso cotidiano profissional. Só assim poderemos estabelecer renovados canais de comunicação com os usuários, envolvendo-os como sujeitos na produção do conhecimento e nas reflexões sobre os possíveis significados das descobertas realizadas, questionando e reinterpretando seu cotidiano, repensando as demandas iniciais, desmistificando-as e construindo um agir competente.

Como o saber, a prática não é algo acabado e não precisa obedecer à receitas pré-estabelecidas. Muitos ingredientes nela se misturam em diferentes contextos, mas, sem dúvida, a teoria é um deles. E um ingrediente que não pode ser dispensado. Transitar pela prática envolve um percurso no mundo do conhecido-desconhecido, do dito e não dito, do feito e não feito, buscando-se inter-relações, sinalizando-se contradições, construindo-se os passos possíveis. As respostas não estão prontas, se constroem, processando-se informações, análises e sínteses.

É verdade que a teoria é uma “coisa”. Mas a prática pode, realmente, não ser outra. O desafio é nosso e é importante assumi-lo, lembrando como Milton Santos (SANTOS *apud*. SEABRA; CARVALHO; LEITE, 2000, p. 45-46) que: “nos ensinaram que o presente é produto do passado e o futuro também. Só que o presente é, ao contrário, uma escolha de futuros possíveis a se realizar num ponto de nossa trajetória. É isso o que conta para balizar a trajetória inovadora.”

Referências bibliográficas

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFÈVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Pesquisa qualitativa: elementos conceituais e teórico-metodológicos*. Encontro de pesquisadores do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Campos dos Goytacazes, n.1, out. 2005, p. 8-15.

_____. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.

NETO, Ana Maria Quiroga Fausto. *Produção científica e formação profissional – os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional*. Cadernos Abess. São Paulo, n.6, set. 1993, p. 20-28.

PINTO, João Bosco. *Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas*. Cadernos Abess. São Paulo, n.6, set. 1993, p. 29-45.

SEABRA, O.; CARVALHO, M .de; LEITE, J.C. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SETUBAL, Aglair. *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Ademir Alves da. *Paradigmas do conhecimento e seus reatamentos no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional*. Cadernos Abess. São Paulo, n.6, set. 1993, p. 45-60.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Um esforço de investigação sobre a prática do Serviço social no Brasil*. Cadernos Abess. São Paulo, n.6, set. 1993, p. 78-89.

Nota

- 1 Professora Associada do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional - Universidade Federal Fluminense e coordenadora do GRIPES – Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde. E mail denisejunca@gmail.com

Recebido em setembro de 2011, aprovado para publicação em dezembro de 2011.

